



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

"PROJETO DE LEI Nº 043/90

Súmula: "Dispõe sobre a Taxa de Saúde, o Fundo Especial de Serviços Sanitários-FESSAM e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A taxa de saúde é devida para atender despesas resultantes de atividades prestadas pelo Município em Vigilância Sanitária e Saneamento Básico, discriminados na tabela em anexo a esta Lei.

Art. 2º - O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que se utilizar das atividades referidas no artigo anterior.

Art. 3º - A taxa será recolhida de acordo com os valores estipulados na tabela referida no artigo primeiro desta lei.

Art. 4º - A falta de pagamento da Taxa de Saúde, assim como o seu pagamento insuficiente acarretará a aplicação da multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da taxa observadas as seguintes reduções:

I - 60% (sessenta por cento) do valor quando o seu pagamento ocorrer até 30 dias a contar da notificação do lançamento;

II - 30% (trinta por cento) do valor quando o seu pagamento ocorrer até sessenta dias a contar da notificação do lançamento.

§ 1º - Incidirá a correção monetária sobre os créditos Tributários observados os coeficientes oficiais, tendo-se por termo inicial o mês seguinte ao que ocorrer a infração.

§ 2º - Em caso de não pagamento no âmbito administrativo os créditos tributários correspondentes serão inscritos em dívida Ativa do Município.

Art. 5º - A revisão da legalidade do lançamento caberá a Secretaria Municipal de Saúde e do Bem Estar Social e, em segundo grau, à Junta de Recursos Administrativos, cabendo ao Prefeito, revisão, em grau de reconsideração na forma da legislação vigente.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Art. 6º - Fica criado o Fundo Especial de Serviços Sanitários Municipal-FESSAM, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material e realização de outras despesas de capital necessário aos servidores de Saúde Pública na área de Vigilância Sanitária e Saneamento Básico do Município.

Art. 7º - O FESSAM será constituído dos recursos advindos da receita proveniente da Taxa Sanitária.

Parágrafo Único - Integram ainda os recursos do FESSAM:

a) Auxílio, subvenção ou dotação municipais, estaduais, federais ou privadas, específicos ou oriundos de convênios ou ajustes firmados pela Secretaria Municipal de Saúde ou órgão equivalente;

b) Recursos transferidos por entidades públicas ou particulares, dotações orçamentárias e crédito especiais ou adicionais que venham a ser por lei ou através de Decreto Municipal atribuídos ao FESSAM;

c) O resultado proveniente da aplicação de multas por infração dos Códigos Sanitários e legislação específicas;

d) O resultado da alienação de material ou equipamento ' permanente ao FESSAM julgado inservível;

e) Quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 8º - Os recursos a que se refere o artigo anterior, parágrafo único e alíneas serão depositadas no BANESTADO, em conta especial sob a denominação de "Fundo de Serviços Sanitários", FESSAM que será movimentada pelo Conselho Diretor do mesmo de acordo com as deliberações pertinentes baixadas por Resoluções.

Art. 9º - O saldo positivo do FESSAM, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 10º - O FESSAM será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde e do Bem Estar Social, como seu Presidente, um representante da Secretaria Municipal de Finanças e, um representante do setor de vigilân-'cia Sanitária do Município.

Parágrafo único - Os membros do FESSAM serão nomeados por Decreto do Poder Executivo e os serviços prestados, gratuitos, serão 'considerados relevantes ao Município.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

ESTADO DO PARANÁ

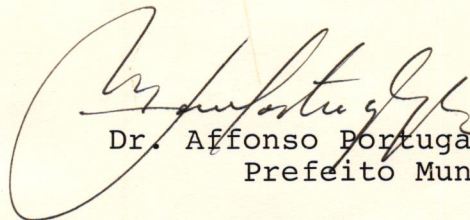
Art. 11º - O FESSAM é dotado de personalidade contábil, com escrituração geral independentemente de qualquer outro ' órgão.

Art. 12º - Fica o Poder Executivo, autorizado a estabelecer por Decreto o percentual de recursos referentes à Taxa ' de Saúde e demais receitas que constituem o Fundo Especial de Serviços Sanitários Municipal.

Art. 13º - O Poder Executivo, regulamentará as disposições desta Lei, no prazo de 60 dias, contados de sua vigência.

Art. 14º - Esta Lei entrará em vigor na data ' de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Lar-  
go, em 20 de novembro de 1990.

  
Dr. Affonso Portugal Guimarães  
Prefeito Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## TAXA DE SAÚDE

### HABITE-SE PARA RESIDÊNCIAS

### VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL

Residências de madeira com menos de 70m <sup>2</sup> de área construída	Isento
Residências de alvenaria com menos de 70m <sup>2</sup> de área construída	1
Residências de 71 a 99m <sup>2</sup> de área construída . . . . .	2
Residências de 100 a 199m <sup>2</sup> de área construída . . . . .	4
Residências de 200 a 300m <sup>2</sup> de área construída . . . . .	6

Residências a partir de 300m<sup>2</sup> de área construída será cobrada  
6 - V.R.M. mais 4 para cada 100m<sup>2</sup> de área construída que excede os 300m<sup>2</sup> . . . . .

OBS.: Prédios de apartamentos e conjuntos residências, o cálculo de cobrança será por unidade, residência, obedecendo o critério de metragem de área construída e os respectivos percentuais.

### LICENÇA SANITÁRIA A ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Até 50m <sup>2</sup> de área construída . . . . .	1
de 50 a 99 m <sup>2</sup> de área construída . . . . .	2
de 100 a 200 m <sup>2</sup> de área construída . . . . .	4

A partir de 200 m<sup>2</sup> de área construída será cobrado 4 V.R.M. para cada 100 m<sup>2</sup> de área construída, até o máximo de 30.

Mais de 10.000 m <sup>2</sup> de área construída . . . . .	30
--	----

Estabelecimentos com mais de um piso, será cobrada a taxa por piso obedecendo o critério de metragem por área construída, até o máximo de 30 V.R.M. por piso.

### APROVAÇÃO DE PLANTA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS MÉDICOS - HOSPITALARES:

Consultório e Pronto Socorro . . . . .	3
Hospitais: menos de 50 leitos . . . . .	20
de 50 a 99 leitos . . . . .	30
de 100 a 199 leitos . . . . .	40
de 200 ou mais leitos . . . . .	60